

QUESTÃO INDÍGENA

Demarcação aumenta tensão no sul do Pará

Fotos Robson Fernandes/AE

Decisão do governo após seqüestro de pescadores pode obrigar fazendeiros a deixar a região

HOLDÃO ARRUDA
 Enviado especial

NOVO PROGRESSO – Fazendeiros do município de Novo Progresso, no sudoeste do Pará, vivem momentos de tensão e angústia. Eles estão ameaçados de ter de deixar a região.

Suas terras deverão ser incorporadas à Reserva do Baú, pertencente aos índios caiapós, aqueles que em 28 de julho encontraram 16 turistas pescando ilegalmente na área e os seqüestraram. Para soltá-los, os caiapós exigiram – e o governo federal aceitou – a ampliação da reserva, que passará de 650 mil para 1,85 milhão de hectares.

Embora a maior parte da nova área seja formada por matas, ela também engolirá um conjunto de quase 230 propriedades rurais, com pastagens, plantações, pontes, estradas. As atividades comerciais da pequena cidade também serão afetadas pela decisão do governo, o que está levando ao acirramento das velhas tensões entre índios e colonizadores.

Indefinição – Os proprietários rurais mais ameaçados estão inconformados. Alguns chegam a falar em reagir com armas a qualquer tentativa de demarcação das terras. De maneira geral, porém, todos parecem atordoados, sem saber exatamente o que fazer. A decisão do governo pode significar o fim de um antigo sonho, que eles começaram a realizar no

fim dos anos 70 e início dos 80, quando saíram do Sul do País, especialmente do Paraná e de Santa Catarina. Eram pequenos agricultores, que desejavam ampliar seus negócios, mas viam-se barrados pelo alto preço das propriedades rurais no Sul. Com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ocuparam uma faixa de terras devolutas da União, à beira da recém-aberta Rodovia Cuiabá-Santarém, e deram início à colonização.

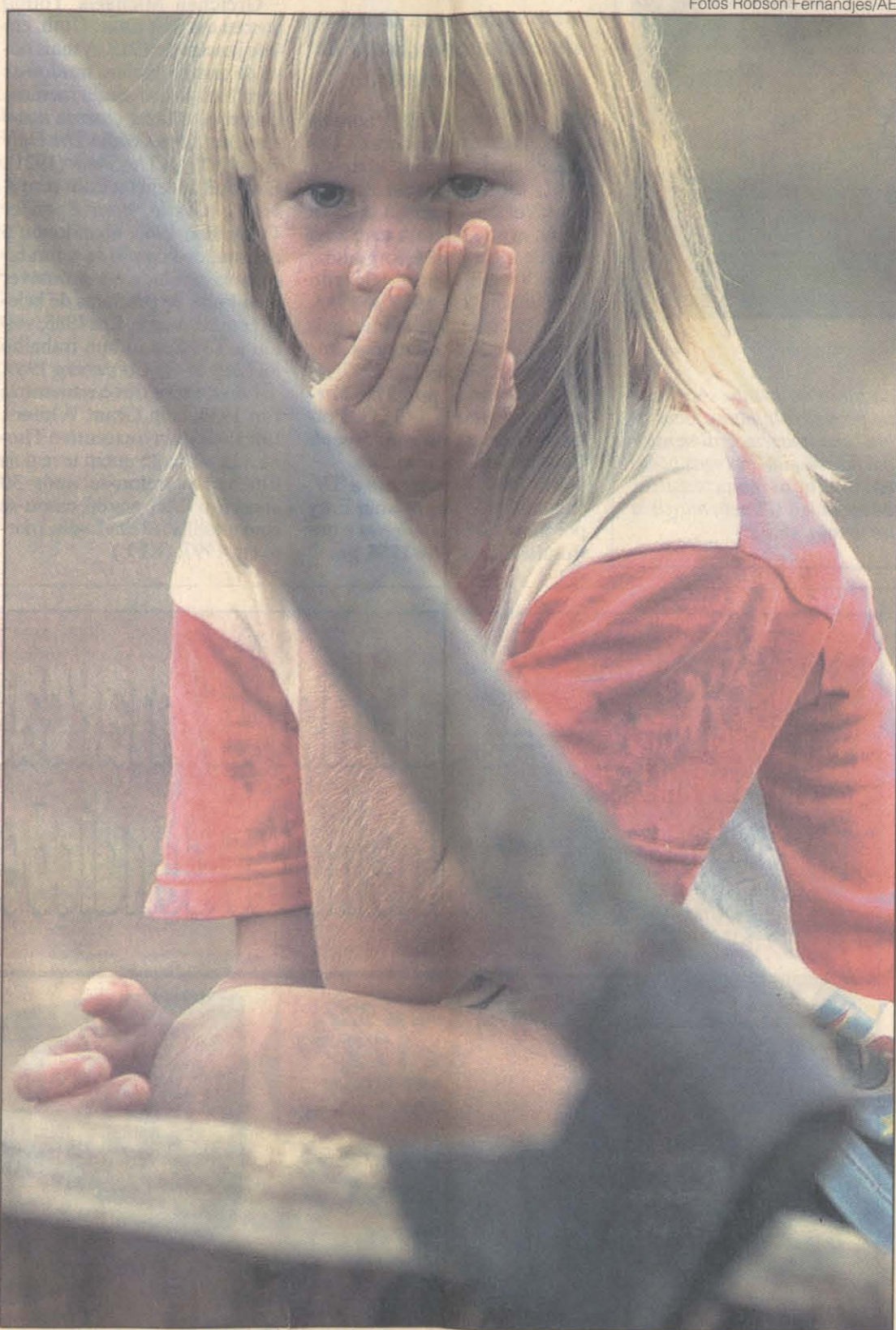
Pioneiros – Sozinhos, sem nenhum tipo de apoio governamental, rasgaram picadas na mata amazônica, moraram durante meses em barracos cobertos de lona plástica e abriram as primeiras estradas. Entre eles, estava Miguel Wachekowski, paranaense descendente

de poloneses, que tem o hábito de tomar chimarrão. Com 46 anos, ele hoje possui 1.200 hectares, nos quais cria gado nelore, e é respeitado na região como um pioneiro. Já se considerava um vencedor na vida, quando chegou a notícia de que toda sua propriedade deverá ser incorporada à reserva.

Na varanda da sua modesta casa de madeira, sem nenhuma pintura e rodeada de pastos, ele disse ao Estado: "Investi o que eu tinha e enterrei minha vida neste lugar. Ninguém tem autoridade para vir aqui, agora, pagar uma porcaria de indenização e mandar eu recomeçar tudo em outro lugar. Não posso aceitar."

A seu lado, a mulher, Albertina, que já tem um neto nascido no Pará, completou em tom baixo, enquanto colocava água na cuiá do chimarrão: "Nossa vida está aqui."

ALGUNS AMEAÇAM REAGIR COM ARMAS



A propriedade da família de Tânia não deve ser incorporada à reserva, mas seu pai teme conflitos

Inquietação é visível também na área urbana

Quadro faz aflorar sentimento de animosidade contra os indígenas

NOVO PROGRESSO – A polêmica sobre a demarcação da reserva caiapó não afeta só o pessoal da zona rural de Novo Progresso. Na área urbana do município, a inquietação também é visível. Segundo informações do comerciante e ex-prefeito Neri dos Prazeres, a área a ser acrescentada à reserva engolirá 10 mil km² do município, que tem uma extensão total de 38 mil km². "Isso significará menos área para plantio e menor arrecadação de impostos", disse o ex-prefeito.

O setor madeireiro, responsável por quase 80% da arrecadação municipal, deverá ser um dos mais afetados. Boa parte das toras que chegam às 60 serrarias da região, num ritmo incessante, provém de áreas a serem incorporadas à reserva. Isso poderá significar uma redução no comércio de madeiras como jatobá, ipê, tacajuba, cedro, maçaranduba e até o cobijado mogno, facilmente encontrável no pátio das serrarias.

Animosidade – Um dos aspectos mais perturbadores de todo o quadro é o afloramento da animosidade contra os índios. Embora todo morador declare, formalmente, gostar dos índios, não há uma conversa na qual não despontem sinais de indisposição com eles.

"Pra que precisam de tanta terra?", "Eu não quero ter nenhum índio como vizinho, porque eles entram na terra da gente e levam as coisas como se fossem deles", "Não fazem nada e vão destruir o que fizemos", "Não pensam e só agem manipulados pelos agentes da Funai" são algumas das frases ouvidas com frequência.

Para o prefeito Juscelino Alves Rodrigues (PSDB), candidato à reeleição, essa indisposição pode causar algum ato de violência. Mas ele acha que pode partir também dos índios.

"Acredito que, a partir do momento que o governo anunciou aceitar as condições dos caiapós, eles já passaram a considerar a área ocupada pelos proprietários como se fosse deles", afirmou Rodrigues. "Com isso, podem sentir-se no direito de expulsar os colonos, por considerá-los invasores – e aí tudo pode explodir." (R.A.)

Colonos vieram de longe e não pensam em sair

Maioria dos fazendeiros do sul do Pará ocupa áreas devolutas da União

NOVO PROGRESSO – Um dos moradores mais antigos da região é José Sebold, de 49 anos. Ele deixou a pequena propriedade rural onde morava com os pais, em Ituporanga, Santa Catarina, aos 20 anos. "Éramos muitos irmãos para pouca terra." Sua primeira tentativa de estabelecer-se foi no Paraná, onde o preço da terra pareceu alto demais. Mais tarde, tentou Mato Grosso, mas desanimou com a baixa produtividade do solo.

Sebold chegou ao sul do Pará, em 1979, com 32 cabeças de gado, e instalou-se em terras devolutas da União. Abriu as primeiras picadas. Chegava a passar uma semana no mato, alimentando-se de farinha e carne de animais e aves que caçava.

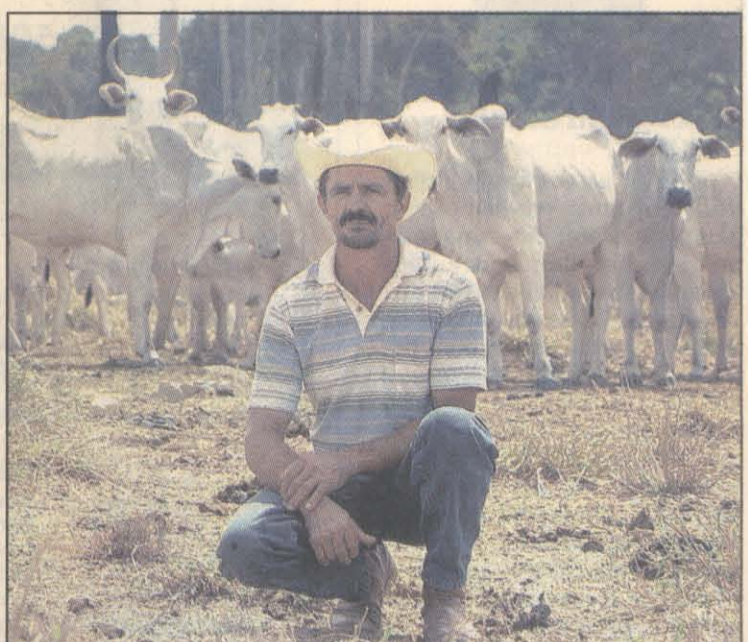
Hoje, possui 2.500 hectares de terra, divididos em duas propriedades, e 1.300 cabeças de gado. Uma parte dessas terras, na qual trabalha o genro José Luís Schuistak, de 30 anos, e a filha Sônia, está localizada no interior da área que deverá ser incorporada à Reserva Baú.

"Nunca tive ajuda do governo para nada e agora, quando as coisas começam a dar certo, ele ameaça tomar o que construí." De tão descontente, Sebold suspendeu os planos de mudar-se da casa de madeira onde mora com a mulher, Maria, e o filho de 18 anos, para outra, de alvenaria, que iria construir.

Um dos vizinhos de Sebold, o paranaense Ademair Boing, de 33 anos, também está inquieto. Sua propriedade, de 200 hectares, não de-



José Schuistak, com a família



O catarinense Sebold tentou Paraná e Mato Grosso antes do Pará

GRANDES ÁREAS TÊM QUEIMADAS

verá ser incorporada à reserva, mas ele teme a vizinhança dos índios e o risco de conflitos.

Para Boing, que vive com a mulher, Teresinha, e os filhos Alexsander, Tânia e Anderson, mudar-se agora é impensável.

Indefinição – Ninguém sabe ainda quantas propriedades serão incorporadas à reserva. Quando a polêmica começou, em 1990, a reação à presença dos indígenas de ocupar terras que já lhes pertenceram, segundo estudos an-

tropológicos, foi encabeçada por antigos proprietários, como Sebold, e outros recém-chegados. Seriam 230 propriedades, de acordo com o prefeito da época, Neri Prazeres. De lá para cá, porém, mais pessoas se estabeleceram ali, numa onda de migração que ainda não acabou.

Vistas de avião, as queimadas que se sucedem por vastas extensões de terra constituem um espetáculo perturbador. Nenhum desses criadores de gado tem documentos de propriedade da terra. Os mais antigos, como Sebold, têm protocolos do Incra, autorizando a ocupação. (R.A.)

QUESTÃO INDÍGENA

Policiais federais já estão em Novo Progresso

Robson Fernandes/AE



Extração de madeira, uma das principais atividades na região

Cerca de 60 agentes vão preparar terreno para a chegada dos técnicos que delimitarão reserva

NOVO PROGRESSO – O clima na região da Reserva Baú é tal que a direção da Polícia Federal, em Brasília, resolveu intervir. Anteontem, oito policiais desembarcaram no pequeno aeropor- to de pista de terra de Novo Pro- gresso, com a missão de reunir- se com agricultores, comercian- tes e autoridades e preparar o terreno para a chegada dos téc- nicos que demarcarão a área da reserva – condição para que os caiapós libertassem os reféns,

que ficaram uma semana em seu poder. Segundo esses agen- tes, mais 50 policiais devem ser deslocados para cá nos próxi- mos dias, provindos de outras áreas do Pará, Maranhão, Ma- to Grosso e Acre.

Ainda anteontem, dois ofi- ciais enviados pelo comando da Polícia Militar paraense tam- bém andavam pela cidade, dis- cutindo estratégias para refor- çar, numa situação de emergên- cia, o pequeno contingente de 12 soldados ali existente.

Não se acredita, porém, que haja conflitos nos próximos dias. A situação deverá ficar mais tensa quando chegarem os técnicos para demarcar a no- va divisa da Reserva Baú – o

que pode levar meses, pois será necessária uma concorrência pública para a escolha da em- presa. A definição dos valores a serem pagos aos desapropria- dos e a obtenção de recursos pa- ra isso também podem fazer o processo arrastar-se.

Diálogo – Para a maioria dos fazendeiros, o governo deveria ter dialogado com eles antes de aceitar a imposição dos índios. Afirmam que a linha divisória ideal entre as propriedades ru- rais e a reserva deveria ser o Rio Curuá, no qual os 16 turis- tas foram presos pescando. Pe- lo traçado definido pelo gover- no, a linha divisória avança qua- se 35 quilômetros além do rio,

chegando até as propriedades rurais. Os produtores ameaça- dos também dizem que o gover- no poderia ampliar a Reserva Baú na direção norte, onde há vastas extensões de áreas devo- lutas ainda não ocupadas.

Os caiapós reivindicam a área em questão há mais de dez anos. Em 1990, após um levanta- mento feito pela Funai, no qual se teria comprovado que os índios já foram donos daque- las terras, o então ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, de- terminou a ampliação da reser- va. Desde então, trava-se uma luta na Justiça e nos bastidores políticos, na qual ora vencem os índios, ora os fazendeiros. **(Rol- dão Arruda, enviado especial)**

Sem estrutura, cidade é típica área de fronteira

Novo Progresso, criado há apenas nove anos, viveu o auge na época do garimpo

NOVO PROGRESSO – Criado em 1991, o mu- nicípio de Novo Pro- gresso fica a 2.100 quilômetros de Belém, a capital do Pará, a 1.300 quilômetros de Cuiabá, em Mato Grosso. Sua popula- ção quadruplicou na última dé- cada e hoje é estimada em 20 mil pessoas, segundo o prefeito Juscelino Rodrigues. O clima é quente e úmido.

Novo Progresso não possui nenhuma rua asfaltada. Nem a pista do aeroporto improvisa- do, que é de terra e já foi uma das mais movimentadas do sul do Estado, quando o garimpo de ouro era a mola dos negócios por aqui. Isso foi há menos de uma década.

Nenhum tipo de celular fun- ciona por aqui e a telefonia co- mum é precária. Além de só existirem 144 linhas na cidade inteira – apesar dos protestos dos moradores – o sinal telefô- nico é ruim.

Trata-se de uma típica re- gião de fronteira. O atual prefei- to, do PSDB, pilotava aviões nas regiões de garimpo até qua- tro anos atrás. Tem o corpo marcado por cicatrizes, decor- rentes de acidentes que sofreu em pistas improvisadas.

O maior problema enfrenta- do pela cidade é a má conserva- ção da Rodovia Cuiabá-Santa- rém, que passa pelo centro de Novo Progresso. Trata-se da única via de ligação terrestre da cidade com o resto do mundo e passa boa parte do ano quase in- transitável.

Debate – Uma das vozes mais radicais contra a demarcação das terras caiapós é a do presi- dente da Cooperativa Mista de Novo Progresso (Cominpro), Agamenon da Silva Menezes. Sua propriedade não está na área a ser englobada pela reser- va, mas ele está disposto a pe- gar em armas para defender os proprietários ameaçados. “Se for preciso, vai haver derrama- mento de sangue”, disse. “A em- presa que assumir o trabalho de demarcação vai ter de pensar muito antes de mandar seus téc- nicos para cá, porque vai haver morte.”

O prefeito Juscelino Rodri- gues, por sua vez, procura acal- mar os ânimos, afirmando que é possível resolver a questão pe- la via judicial.

“O povo está revoltado, mas eu quero uma solução pacífi- ca”, disse. “Essa história de pe- gar em armas só está na cabeça de um ou dois cidadãos que fi- cam falando bogagem por aí.”

A Reserva Baú, ocupa uma área de 1,85 milhão de hecta- res, para uma população de 120 índios. Com a demarca- ção, cada índio terá direito a 15.400 hectares, o que equiva- le a duas vezes o tamanho da cidade de Belém, onde vive 1,3 milhão de habitantes.

Para o chefe do posto da Funai em Colider (MT), caci- que Megaron Txucarramãe, os caiapós têm direito de per- manecer na área total. “A re- gião sempre foi dos índios e eles não podem entregar suas terras para os fazendeiros e madeireiros, que querem ape- nas acabar com as florestas.”

(Roldão Arruda e Carlos Men- des, especial para o Estado)

INSTITUTO

 SOCIOAMBIENTAL
 Documentação
 Fonte: OESP
 Data: 13/8/2000 Pg. A17
 Class.: 69